

No centenário da revolução constitucional persa

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Ghoncheh Tazmini

A Revolução Constitucional de 1906 foi, simultaneamente, uma revolução nacionalista e democrática, com objectivos específicos: a reforma do governo e a criação de um Estado capaz de superar o atraso do Irão. A revolução foi o primeiro movimento iraniano considerável que teve como objectivo impor limites à arbitrariedade vigente. Culminou com a redacção da primeira constituição do Irão e com o estabelecimento do Majles (parlamento), inspirando movimentos noutras regiões, como o Império Otomano e o Egipto. De facto, os reformistas iranianos contemporâneos consideram que as suas raízes intelectuais remontam à Revolução Constitucional. Por isto, e para comemorar o centenário da Revolução Constitucional (1906-2006), é crucial encontrar a raiz do esforço de democratização iraniano, indo ao encontro das seguintes questões: Que género de revolução foi? De que forma transformou o Irão? Que segmentos da sociedade estiveram envolvidos e o que esperavam atingir com o estabelecimento de instituições democráticas? Qual foi a sua inspiração? Quem se lhe opôs?

O período entre o momento em que a sociedade iraniana contactou com o Ocidente moderno e a Revolução Constitucional de 1906-1911 é identificado como *Asre Bidari* (Período do Despertar). Este período marcou o encontro do Irão com a modernidade europeia a uma escala sem precedentes (tornando acessíveis aos intelectuais conceitos alemães e franceses, tais como soberania popular, Estado de Direito, protecção da vida e da propriedade privada e parlamentarismo) e conduziu à formação de um novo tipo de discurso entre a intelectualidade iraniana. Os intelectuais iranianos passaram a formar-se com base no ideal moderno (particularmente através de traduções de textos europeus), procurando adaptá-lo às especificidades políticas e culturais do seu país.

Apesar de terem sido minoritários, também houve quem se envolvesse na negação e rejeição do valor da modernidade. Em ambos os casos, o encontro com a modernidade transformou toda a paisagem da cultura política e intelectual iraniana. Isto não só foi verdade para os segmentos mais seculares da intelectualidade iraniana, como também

para a Shi'ite ulama. Os clérigos xiitas foram confrontados com o encontro com o Ocidente e com o desafio da modernidade, facto evidenciado pelo crescimento da devoção clerical centrada na questão da modernidade e pelos esforços para articular uma resposta a dar-lhe. Mas as influências intelectuais para construir a modernidade iraniana também têm origem em fontes não ocidentais. Mais especificamente, o movimento social-democrata de 1901-1905 na Rússia czarista e a revolução no Japão incentivaram os iranianos na sua luta pela liberdade e pelo Estado de Direito.

A Revolução Constitucional foi resultado de uma coligação entre forças sociais díspares: intelectuais seculares, funcionários do Estado, comerciantes de bazar e alguns clérigos. Os intelectuais eram uma força social relativamente nova, que emergiu em resposta ao encontro do Irão com a modernidade. Foram produto da lenta modernização do Irão, que tinha tido início nos anos vinte do século XIX, depois da guerra com a Rússia, quando Abbas Mirza, o pressuposto herdeiro do trono, envia estudantes para a Europa. O objectivo dos secularistas era remodelar a cultura política iraniana, direccionando-a para a tradição moderna liberal. O envolvimento dos comerciantes teve origem no seu ressentimento com a política de «mão aberta» do Xá Qajar em questões como os benefícios dados aos estrangeiros e a permissividade à entrada de produtos não nacionais. Os comerciantes, que controlavam a «veia jugular» da economia persa, reivindicavam protecção em relação à intromissão estrangeira e a imposição de leis que regulamentassem o comércio. Decididamente, o papel do clero foi ambíguo em relação ao movimento, não havendo uma forma simples de categorizá-lo em linhas modernas ou não modernas. Os ulama, sob o poder Qajar, tutelavam e administravam a lei islâmica, usufruindo de um estatuto especial na sociedade, sancionado pelo monarca. Embora próximos da corte, estavam, ainda assim, subordinados ao Xá. Assim, dos clérigos que apoiaram o movimento constitucional, alguns eram favoráveis ao estabelecimento de limites ao poder do monarca para reforçar o seu próprio poder e prestígio. Outros apoiavam o movimento pelo seu desejo de serem reconhecidos como promotores de ideias progressistas.

A causa imediata das actividades revolucionárias foi a subida dos preços dos alimentos, em 1905, provocada por uma má colheita, por uma epidemia de cólera, pela Guerra Russo-Japonesa e pela revolução na Rússia. A inflação obrigou o governo a subir os impostos sobre os comerciantes iranianos e a adiar o pagamento das dívidas que tinha para com eles. A crise económica desencadeou três intensos protestos públicos que, em crescendo, conduziram à revolução de Agosto de 1906. Durante o segundo protesto, que se iniciou em Dezembro de 1905, desencadeado pelo açoitamento público de dois comerciantes de bazar idosos por alegado açambarcamento, os participantes exigiam,

acima de tudo, a aplicação da Sharia (lei islâmica) e a criação de um tribunal (edalat khaneh).

Durante o terceiro protesto, um grande número de participantes, representando diferentes grêmios e províncias, refugiou-se nas instalações da liga britânica, num subúrbio a norte de Teerão. A exigência de criação de um tribunal transformou-se na exigência de estabelecimento de um parlamento nacional representativo. Depois de um confronto sangrento entre forças governamentais e revolucionários, a 5 de Agosto, o Xá Mozzafar al-Din assinou uma declaração na qual se comprometia a convocar um parlamento e indicava Mushir al-Duleh, um político de tendências liberais, como primeiro-ministro.

O primeiro Majles (parlamento) foi inaugurado em Outubro de 1906. Os deputados começaram imediatamente a redigir um ante-projecto de constituição, ou lei fundamental, que, numa adenda ratificada, atribuiu grande parte do poder ao órgão legislativo. O Xá Mozzafar al-Din assinou-o, a 30 de Dezembro, cinco dias antes de morrer. O novo Xá, Mohammad Ali Shah, recusou-se a aceitar a nova constituição, tal como estava complementada e denunciou como heréticos os principais constitucionalistas. Não obstante, retratou-se rapidamente, graças a grandes protestos públicos em várias cidades do país. Em Dezembro de 1907, voltou a mudar de ideias, mas recuou, novamente, em vista dos protestos das forças pró-constitucionalistas.

Todavia, em Junho de 1908, o Xá organizou um golpe, bombardeou o Majles, prendeu trinta e nove constitucionalistas e mandou executar quatro dos seus mais francos opositores. Apesar da contra-revolução parecer estar a ter êxito em Teerão, pelo menos desta vez, o mesmo não acontecia nas províncias. No período de um ano, a partir de Tabriz, capital da província do Azerbaijão, as forças revolucionárias derrotaram as forças reais e, com a ajuda de tropas tribais, marcharam sobre Teerão, a 13 de Julho de 1909, pondo fim à guerra civil. Em breve, o Majles era restabelecido, tornando-se o poder dominante da política iraniana, embora apenas por um curto período de tempo. Quando o Majles contratou o norte-americano Morgan Shuster para reorganizar as finanças do país, os britânicos e os russos opuseram-se à sua nomeação. Em consequência, os russos, com o apoio dos britânicos, fizeram ao Majles um ultimato, que foi ignorado pelos persas. As tropas russas marcharam sobre Teerão, Shuster foi demitido e o Majles foi dissolvido apenas com vinte meses. Não voltaria a ser estabelecido até 1914. Este acontecimento marcou o fim da Revolução Constitucional.

Contudo, o fracasso do movimento também pode ser atribuído a outros factores: (1) a incompatibilidade ideológica no interior da própria aliança; (2) o fracasso dos reformistas

na estratégia de modernização do Irão – procuraram importar a experiência europeia, sem compreenderem que a democratização da Europa Ocidental tinha sido um processo lento e longo que começara por baixo; (3) a estreita base social de apoio e a irrelevância para a maioria dos iranianos comuns, para quem a ideia de uma democracia constitucional era estranha.

O principal defeito da constituição foi a sua dupla personalidade. Segundo o artigo 35 da lei fundamental, a soberania estava repartida entre três entidades: Deus, o povo e o Xá. Esta repartição de soberania atribuía poderes sobrepostos, e por vezes mutuamente contraditórios, ao povo, com o Xá como chefe do executivo; e aos clérigos. Segundo os artigos 15 e 46 da constituição, a elaboração de leis era prerrogativa do Majles; estas leis, com a ratificação do Xá, tinham que ser executadas. Mas, de acordo com o artigo 45, trinta dos sessenta membros do Senado deviam ser nomeados pelo Xá. Além do mais, a adenda à lei fundamental reflectia a batalha, no interior do próprio movimento constitucional, entre os elementos secular e religioso, e entre constitucionalistas e personalidades religiosas que, de uma forma ou de outra, apoiavam o absolutismo. A segunda secção da adenda continha artigos referentes aos direitos do povo e, como tal, poderia ser considerada uma carta de direitos. Todavia, o artigo 58 da adenda contradizia o espírito desta lei, designando um comité de cinco ulama com poder de veto sobre as leis aprovadas no Majles. Ficava, assim, garantida a sua conformidade com o Islão.

As contradições patentes na constituição de 1906 tiveram origem na disputa ideológica entre as forças do constitucionalismo e do anti-constitucionalismo. Este conflito voltaria a surgir em tentativas posteriores de reforma do sistema político iraniano, nomeadamente na batalha entre reformistas e conservadores do Irão contemporâneo. Ambos os protagonistas da disputa eram teólogos renovados. O xeque Fazlollah Nuri, que estava ao lado dos absolutistas, proclamava que o Islão se baseava na submissão, o que eliminava qualquer possibilidade de liberdade. Repudiava a lei secular que, segundo as suas palavras, era elaborada pelo homem e baseada na «imperfeita» razão humana. O seu argumento contra o sistema representativo parlamentar radicava na posição teológica xiita, segundo a qual, na ausência dos imãs infalíveis, a gestão dos assuntos da comunidade recaía sobre os ulama, seus representantes. Assim, Nuri confinava a legitimidade representativa e parlamentar apenas à formulação xiita, rejeitando manifestações de soberania popular.

No outro lado do debate estava o clérigo Mirza Mohammad Hussein Naini. Naini não concebia a modernidade ocidental como ontologicamente diferente dos contextos

históricos e culturais da sociedade islâmica iraniana. Apresentava um discurso contra o despotismo, aludindo à noção de «planta corrupta». Afirmava que, no Islão, o governo era baseado na shura (consulta), mas, tendo em conta que o povo pagava impostos, deveria ter uma palavra a dizer na gestão pública. Segundo Naini, as razões do rápido progresso dos primeiros tempos do Islão eram a liberdade e a igualdade, que incluía a identidade entre o cidadão comum e o califa, o que constituiu o conceito de justiça do Estado islâmico dessa era. De facto, Naini baseou-se profundamente na tradição islâmica para fundamentar a sua argumentação. O terceiro imã xiita, Hussein Ibn Ali, argumentava Naini, desafiou a tirania de Muawiyej, tendo sido por isso martirizado, em 680.

Foi esta tentativa de conciliar as reformas com a tradição xiita e a história com a perspectiva da lei islâmica que se viu durante o movimento reformista liderado por Seyyed Mohammad Khatami. O movimento de Khatami falhou devido a lutas internas semelhantes entre orientações ideológicas discrepantes. Não obstante, apesar de marcado por defeitos, o Movimento Constitucional estabeleceu um importante precedente para os movimentos reformistas subsequentes. De facto, o efeito do movimento na cultura política iraniana foi profundo. Resultou numa duradoura referência, em grande parte porque os participantes publicaram extensas memórias para mantê-lo vivo. O facto de os êxitos e derrotas deste movimento serem referenciados e debatidos até aos nossos dias recorda-nos que a história está muito viva no Irão contemporâneo e que ainda pesa bastante nas acções dos políticos actuais.